



Respostas pertinentes a questões impertinentes

Lênia Márcia Mongelli

Em busca do Paraíso perdido: as utopias medievais, de Hilário Franco Júnior,
Cotia/Araçoiaba da Serra, Ateliê Editorial/Mnēma, 2021, 524 p.

Para quem acompanha o brilho ascendente da produção historiográfica de Hilário Franco Júnior, a altíssima qualidade deste novo título não surpreende. Na verdade, em termos retóricos, ele “recolhe”, ampliando-os quase obsessivamente, temas, ideias e motivos “disseminados” pela vida acadêmica afora, com um vigor intelectual que jamais perdeu o entusiasmo dos primeiros tempos. E a crítica especializada vem reconhecendo os resultados desse incansável labor: por entre outros prêmios, dois Jabutis já lhe foram concedidos em território nacional, quase em sequência – em 1997, por *A Eva barbada. Ensaios de mitologia medieval*, e em 1999, por *Cocanha. A história de um país imaginário*. Com a neutralidade possível de uma leitora fiel e também obsessiva, afirmo que outro prêmio pode estar agora a caminho... Ou deveria estar!

Em momento histórico de império da realidade virtual, quando abundam os pes-

simistas a vaticinar “o fim do livro impresso”, esta publicação é uma contraprova de fôlego. A favor dela reuniram-se, além do próprio pesquisador, um editor como Plínio Martins Filho, que nos tantos anos à frente da Edusp, e até hoje comandando a Ateliê, nunca privilegiou interesses puramente mercadológicos, e a Negrito Produção Editorial (leia-se Ricardo Assis), com o já conhecido bom-gosto de seus projetos gráficos. A excelência do esforço conjunto começa pela organização geral da obra, que traz a marca estilística de Hilário Franco Júnior, defensor ferrenho do espírito analógico medieval e, com ele, de todas as simetrias – desde a linguagem, que se destaca pelo jogo verbal sintático e semântico das estruturas bimembres, polares, até a organização e

LÊNIA MÁRCIA MONGELLI é professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP e autora de, entre outros, *Fremosos cantares: antologia da lírica medieval galego-portuguesa* (WMF Martins Fontes).

distribuição dos capítulos, concebidos em progressão paralelística, internamente aos capítulos e deles entre si. Para que isso não soe abstrato e porque a informação não é, em absoluto, irrelevante, explique-mos: além de um pequeno prefácio e de uma também pequena, mas substancial conclusão, temos três grandes partes (A questão conceitual; As comunidades utópicas medievais; A matriz edênica). Cada uma delas (anunciada com uma súmula em três parágrafos, em página divisória de fundo negro) contém exatamente sete capítulos, totalizando 21; os sete capítulos da parte I e os da parte III têm em torno de 22 páginas cada; os da parte II, 24 páginas; as abundantes (e indispensáveis) notas a cada capítulo nunca estão aquém de 65 (à exceção das 63 do capítulo 14) nem além de 72 – inserindo-se no esforço evidente de equilíbrio geral. Se a questão numerológica (tão marcante para a espiritualidade medieval) já é de si um dado a se pensar, ela completa-se na imagem, também tópica, do círculo: sendo o título do livro a “busca do Paraíso perdido”, o primeiro capítulo abre-se com “O Exílio Terreno, condição da Utopia” e o último, com “Memória do Paraíso”. Ambos versam, como os títulos sugerem, sobre o Éden cristão: naquele, o espaço retratado literalmente pelo Gênesis bíblico, de onde a humanidade foi expulsa pelo Pecado de Adão e Eva; neste, o mesmo mítico lugar das Origens, de que temos sofrida *memória* (tema conceitual do capítulo) e o qual ansiamos, *melancolicamente*, por recuperar. Medeiam a “perfeição” especular do arranjo – simulacro quase imagético da Divindade (ou da lógica arquitetônica de uma catedral gótica) – 19 capítulos

que vasculham os meandros e desvãos de uma vasta documentação, considerada dos mais variados pontos de vista metodológicos, disciplinares, temáticos e formais. Além desse sumário terminologicamente preciso, o leitor é contemplado, ao fim, com um utilíssimo rol de “índices”, 12 referências que se distinguem por estarem não impessoalmente arroladas, mas divididas em utopias/tempo/espaço/autores/personagens/obras.

Ainda sobre esse arcabouço, que desvela o rigor analítico na abordagem do assunto central, é preciso atentar para a advertência que está na primeira página do prefácio: um historiador não pode considerar “morto” o passado de que trata; pelo contrário, deve procurar nele “traços de vida”; portanto, é necessário “ter sempre em mente que as ‘fontes primárias’ que analisa foram criadas por seres vivos para, quase sempre, seres vivos contemporâneos a eles ou apenas um pouco posteriores. Aquilo que o olhar profissional do historiador vê como passado era presente, e devemos tentar entendê-lo enquanto tal. E como todo presente, ele imaginava para si um passado e um futuro”. Talvez o grande diferencial desse estudo esteja aqui: apenas os capítulos 2 e 3 fazem uso mais ostensivo de bibliografia moderna, como pontua o próprio Hilário; nos demais, as informações vêm de fontes antigas, gregas, latinas, asiáticas, europeias, americanas, pagãs e cristãs, canônicas e apócrifas, eruditas e populares, numa linha de tempo que vai da *Bíblia* ao século XVIII (se quisermos, a “longuíssima Idade Média”), com oportunas incursões pela nossa atualidade. Para ga-

rantia de que nada se perca em tão amplo panorama histórico, cada autor, cada livro, cada imagem citados são inseridos no tempo (datas), espaço (locais) e filiação (epistemologia). Com isso, o leitor jamais tem a sensação tantas vezes incômoda de não saber o terreno em que está pisando.

A eloquência metonímica do bem organizado sumário ainda se completa no recurso às epígrafes, abrindo sistematicamente cada capítulo e escolhidas a dedo, com a sabedoria que as justifica. Uma delas, encimando o capítulo 14, pode servir de referencial ao espírito que orienta todo o livro em exame: nas palavras de Jacob Bronowski, “essa é a essência da ciência: coloque uma questão impertinente e você está a caminho de uma resposta pertinente”. Que as “questões impertinentes” são as que instigam sua curiosidade científica Hilário já o provou há muito tempo, quando escreveu, lá por 1996, “Cristianismo medieval e mitologia. Reflexões sobre um problema historiográfico”, dando uma “resposta pertinente” às hesitações dos historiadores em admitir então, antes dos avanços da antropologia, a existência de uma mitologia propriamente “medieval”, o que ia na contramão do pensamento eclesiástico antimítico. Se dois densos volumes de ensaios foram dedicados a dar outras muitas “respostas pertinentes” às várias facetas do mesmo enigma “impertinente”, temos com *Em busca do Paraíso perdido* a quintessência do percurso, a modo de fecho de uma trilogia: como discorre na abertura da parte I, “[...] o substantivo latino *utopia* foi criado por Thomas More em 1516 para designar uma ilha imaginária de sociedade pretensamente perfeita.

[...] Em razão desse léxico tardio, muitos defendem que ‘utopia’ e ‘utópico’ só são aplicáveis ao período posterior a More, argumentando que a Idade Média tinha os olhos mais voltados para o Outro Mundo do que para este, objeto das transformações pretendidas pelo pensamento e pelo sentimento utópicos”. Portanto, são duas as “impertinências” de agora: a) é possível falar de “utopia” antes de More ter criado a palavra?; b) pensar no Além é impedimento para imaginar uma sociedade perfeita nesta vida? As 524 páginas aqui trazidas procuram oferecer, com sãna de caçador destemidamente ousado e tenazmente obstinado, respostas indiscutivelmente “pertinentes” para ambas as questões, umbilicalmente interligadas.

Voltemos ao sumário, atrás de outras pistas. Colocando em cena seu raciocínio geométrico, o autor concebeu as três grandes partes do livro como um triângulo equilátero, com toda a sua carga simbólica dentro e fora da liturgia: na primeira, topo da figura de três pontas, visa-se à exaustiva conceituação do termo *utopia*, matriz centrípeta e centrífuga das outras duas partes; nestas, base da figura e dispostas em paralelismo de mútua correspondência, faz-se, na segunda, a vertical análise semântica dos “traços utópicos” imaginados por More (perpetuados em 46 outras utopias listadas no índice, anteriores e posteriores ao século XVI) e, na terceira, dos “locais edênicos” onde Adão e Eva desfrutaram da paz antes da Queda. Para se ter uma ideia do esquema de complementaridade das partes II e III, os substantivos de valor adjetivado que dão nome aos capítulos podem ser intercambiados da Ilha para

o Éden e vice-versa, sem qualquer prejuízo da qualificação espacial, embora guardada a especificidade de cada um: se na Ilha ideal “pureza e ordem” (capítulo 8) ou “justiça e paz” (capítulo 9) ou “liberdade e prosperidade” (capítulo 11), por exemplo, alimentavam o sonho coletivo, também os Primeiros Pais – modelos que eram – puderam, ainda sozinhos, desfrutar dele no “Jardim das Delícias”; da mesma forma, uma vez que “beleza e fartura” (capítulo 15) ou “saúde e imortalidade” (capítulo 16) ou “harmonia e justiça” (capítulo 17) fizeram do Éden o que ele é, não se estranhe que os utopianos mirassem benesses semelhantes, já que é ali, no Éden, que têm fixos os olhos, conscientemente ou não. Os dois mundos, ateu (*Utopia*) ou cristão (*Bíblia*), ultrapassam quaisquer fronteiras no âmbito da mitologia e do imaginário.

Esta é a proposta basilar do livro. Para realizá-la, Hilário testa, com singular acuidade, seu esforço argumentativo (conforme ensinamentos inclusive da crítica textual) e sua criatividade para driblar as armadilhas da própria língua quando se trata de distinguir o que parece indistinto – como sugerem pontos intervalares entre as tais “fronteiras”. Toda a primeira parte, conceitual, bem o exemplifica: pense-se no que significa relacionar “a palavra [utopia] e a coisa [a ilha perfeita]” de ângulos aparentemente opostos, “realista” (capítulo 2) e “nominalista” (capítulo 3), contrapondo e aproximando opiniões, como reza a *coincidentia oppositorum* barroca; ou na parrelha “semântica” (capítulo 4) e “sintaxe” (capítulo 5), cujo aparato teórico fez o autor desembocar, no primeiro caso, nas

densas polêmicas entre Agostinho (354-430) e Pelágio (c. 350-c. 420), cada um defendendo sua posição por meio de estratégias próprias, e, no segundo caso, nos elos sinonímicos e antonímicos entre “utopia”, “ideologia”, “mito”, “liturgia”, “ritual” – termos que, singularizados, contêm em si numerosas implicações; ou, por último, o que é “espaço ausente” (capítulo 6)? O que é “tempo suspenso” (capítulo 7)? A que levam semelhantes oxímoros? É aqui, nesta primeira e complexa parte, que se tornam familiares ao leitor vocábulos como *utopia* / *eutopia* (= lugar feliz) / *distopia* (= lugar infeliz) / *outopia* (lugar nenhum) / *ucronia* (utopia dos tempos passados) – uma espécie de arsenal lexicográfico e temático das partes subsequentes. Se, às vezes, as explicações derivam para uma rarefação de ideias nem sempre fácil de acompanhar, lá está o belo “Caderno de imagens” ao final da obra: são 21 figuras (sim, o número chama a atenção...), coloridas (iluminuras, quadros, gravuras em madeira, esculturas, croquis etc.), utilizadas não para mera ilustração, mas como material iconográfico que fundamenta e esclarece muito do que pode parecer improvável e até invisível. Funciona exatamente como o museu particular do texto!

Nas partes II e III, mais concretamente analíticas, os malabarismos verbais – sempre atentos à estrutura frásica simétrica – dão conta de sutilezas que fazem de cada capítulo uma superior lição de método. Exemplos não faltam: em “liberdades e prosperidade” (capítulo 11), o plural do primeiro termo não é aleatório; pelo contrário, mostra Hilário, se “liberdade” marcou os objetivos da as-

sim chamada Reforma gregoriana, ela, a mesma liberdade, vestiu outras roupagens na utopia manifesta pelas “comunas urbanas”, pelo “país da Cocanha”, pela “Inglaterra da *Magna Carta*” e seus complexos afluentes políticos, pela popular história “de Robin Hood”. Haverá testemunho mais contundente da “fraternidade” cristã medieval (capítulo 10) do que a vida e a obra de São Francisco de Assis, revistas com exigências similares às das “provas” na Ecdótica, mas sem afastar as subjetividades intuitivas – em grande medida responsáveis, aliás, pela extraordinária beleza da interpretação? E quanto às formulações aparentemente paradoxais como “utopia e heresia” (capítulo 13) ou “carneval e quaresma” (presença maciça em três capítulos – 12, 13 e 14), que são estudos de importantes diferenças por entre as semelhanças análogas, polaridade com que o autor vem se digladiando desde que, já em 2008, publicou na França *Modelo e imagem: o pensamento analógico medieval?* Ao falar de “unidade e androginia” (capítulo 18), temos o ápice desse pendor cognitivo para os contrários que se aproximam: detendo-se em várias versões da *Bíblia* que então circulavam na cristandade e buscando a conhecida passagem genésíaca do “façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gn. 1, 26), chega-se a “Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, macho e fêmea os criou”. E na sequência: “Privilegiar o singular (como fez a tradução grega da *Septuaginta*), opção intencional de acordo com o *Midrach Rabba*, significava aceitar a ideia do humano inicial andrógino, já que Eva ainda não havia

sido criada” (p. 412). Ora, se Cristo é Adão reencarnado e filho de Deus segundo a teologia trinitária, a conclusão – decorrente – em favor da androginia e/ou bissexualidade do Pai colocou em guerra a elite eclesiástica medieval, cindida entre os que aceitavam com restrições e os que negavam com veemência a asserção.

Enfim, *Em busca do Paraíso perdido* é obra que vai muito além dos limites já extrapolados desta recensão; porque aqui não é possível discutir o que fica pendente – de curiosidades a dúvidas, de discordâncias a sugestões, de futuras revisões (do autor e do editor), de opções por cortes ou acréscimos etc. Nada que empane o brilho do conjunto ou que não seja de esperar de um livro que tem na repetição (às vezes tangenciando a tautologia...) uma estratégia convictamente defendida pelo próprio Hilário, neste caso, com o acerto que o tema escolhido demanda: “[...] se para o gosto atual estas indicações exaustivamente repetidas soam algo monótonas, por outro lado revelam continuidades culturais e psicológicas fundamentais” (p. 377). Há gralhas tipográficas (muito poucas) ou cochilos de linguagem (sempre o “se” apassivador..., como à p. 485); há exageros no anseio de “enquadramento” da ideia em uma “forma” verbal submissa a proporcionalidades (várias ocorrências, como ao final da p. 162); há comparações um tanto apressadas e/ou irreverentes, como a da “liturgia”, entendida por “serviço prestado pelos cidadãos para o bem público” e o sexo na Cocanha, praticado com a mesma finalidade etc. Se, “para os medievais, a etimologia é a ‘busca da essência de uma realidade’” (p. 489) e se Hilário se

serve dela com maestria, contudo, às vezes, claudica na questão semântica, como no uso de *fingere* para dizer da “terra nova e invisível” dos cátaros occitanos (p. 303). Por sobre esses pequenos reparos, dois talvez merecessem alguma atenção mais detida, porque de outro naipe: 1) no plano estrutural, o capítulo 14 (“Um ensaio de tipologia”) parece-me desnecessário – não só ele repete boa parte dos dois capítulos imediatamente anteriores, como ainda propõe uma “tipologia” que os 13 primeiros capítulos já se encarregaram de deixar notoriamente implícita; 2) no plano histórico, por que uma presença tão sintética dos árabes no texto, sendo que eles estiveram por oito séculos na Península Ibérica, com todos os conflitos de convivência conhecidos? Afora algumas poucas referências ao episódio da Reconquista ou às contribuições de eruditos como Avicena à Medicina, ficaram de fora cenas instigantes como a passagem de “O Criador” (s. 35) no *Alcorão* , no qual também se descrevem os “jardins do Éden” e para onde irão os eleitos “enfeitados de ouro e pérolas”.

Encerremos com a mais preciosa das epígrafes – de Fernando Pessoa –, que Hilário reservou para sua conclusão: “O que vemos não é o que vemos, senão o que somos”. A frase, do *Livro do desassossego* , que dispensa comentários, aponta para um dos ângulos mais fortes que se entremeia por entre as páginas dessa pesquisa sobre o Paraíso: a psicologia, da Antiguidade a Freud e Jung. Dentre os cinco pontos que o autor resolveu destacar como alicerces de seu livro, cite-se o primeiro – que nos conduz de volta à insuperável concepção do capítulo 1: “[...] o

que diferencia os homens dos demais seres vivos não é produzir, construir, guerrear, jogar ou viver em sociedade (atividades de várias espécies animais), mas pensar e sonhar. Recordar e imaginar, isto é, ligar-se ao passado e ao futuro, dá sentido ao presente, torna o homem – e nisso reside sua especificidade essencial – um ser histórico”. Segundo o autor, é com o Éden que sonhamos, é da memória do Éden que decorre(m) nossa(s) difusa(s) tristeza(s). Para ficarmos com a voz magnífica de Fernando Pessoa, *homo viator* , recordemos os versos de *Lisbon Revisited* (1926): “Outra vez te revejo – Lisboa e Tejo e tudo –, / Transeunte inútil de ti e de mim, / Estrangeiro aqui como em toda a parte, / Casual na vida como na alma, / Fantasma a errar em salas de recordações, / Ao ruído dos ratos e tábuas que rangem / No castelo maldito de ter que viver...”. O elo com as ideias de Hilário parece ainda mais forte (capítulo 20, *Via Peregrinationis*), se tivermos em mente que o núcleo da heteronímia – “multipliquei-me para me sentir” – é justamente o mito da inocência perdida (a luta contra “a razão desperta”), para sempre plasmado no canto arquetípico da “pobre ceifeira”, cheia “de alegre e anônima viuvez”, ou naquela “tranquila pastorinha”, que pela estrada de sua imperfeição era seguida, *como num gesto de perdão, por seu rebanho, a saudade minha...*

E, uma vez que também Cristóvão Colombo aportou cá por terras americanas supondo ter chegado ao Éden (p. 390), imaginemos que, 600 anos depois, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), em “Memória”, tenha magistralmente captado o sopro de seus devaneios:

livros

“I

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.

II

Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.

III

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.

IV

Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão”.